

9



- o Estado e a questão de gênero

Capítulo IX O Estado e a questão de gênero

Este capítulo foi dedicado a uma breve reflexão sobre as políticas de gênero desenvolvidas pelo Estado brasileiro, dando destaque a algumas experiências na área do meio ambiente, planejamento urbano, uso do solo, habitação que está na alçada do Executivo e outras que deram origem a mudanças na legislação.

Nestes últimos dez anos aprofundou-se o conhecimento e amadureceram-se as perspectivas e propostas de intervenção no espaço construído do ponto de vista de gênero, assim como vem sendo modificada a metodologia de planejar o urbano, incorporando-se uma série de avanços como pautar-se no cotidiano das populações das cidades considerando-as com sua diversidade e garantindo condições de sua participação na construção dos planos de ações além de apenas, traçar diretrizes e normas, propor ações por meio de planos e até programas e projetos. Mas para tanto muito esforço tem sido demandado de nós a fim de superarmos as dificuldades que nos impedem de, ao mesmo tempo, executarmos o projeto, efetivarmos o registro das ações que o envolvem e assim compreendermos o processo para aprofundarmos a reflexão e, imediatamente reaplicar em novo trabalho adequando e ressignificando a postura e a metodologia que vem sendo construída nestas entidades.

Nossa presença num programa de pesquisa – assumido como tarefa fundamental para que pudéssemos contribuir com os movimentos sociais de que somos participantes, tanto os feministas, como os de moradia, os ambientalistas, os de direitos humanos e os das/os planejadoras/es pela justiça social, e que são a nossa referência – tem o sentido de levar-nos a auxiliar, com os instrumentos que nos são próprios, no registro desse processo de luta e construção, mantendo sempre a preocupação de reverter para a prática sociopolítica, a ela associando a produção do conhecimento e, incorporando a este a produção do conhecimento desenvolvido com o contado cotidiano da cidade. A pesquisa acadêmica acrescenta-nos uma maior responsabilidade em refletirmos com maior profundidade.

Temos clareza de que a reflexão mesma, alimentada pela apropriação da teoria, já nos leva a buscar inserir na prática os resultados do trabalho de pesquisa. E, assim, a junção forte que buscamos, no plano de nosso trabalho, acaba sendo também a aproximação da Universidade como um todo, em seu processo de investigação, análise e crítica das realizações sociais feitas sob a égide do Estado, das instituições não governamentais, seja de interesse público, seja de privado, e dos movimentos sociais. Como o nosso eixo de estudo está voltado às políticas públicas urbanas e sociais e as instituições não governamentais utilizam-se em sua maioria de recursos financeiros públicos de origem do Estado, ou de Agências voltadas a intervir neste processo de desigualdades sociais, independe sua figura jurídica, porque para nós interessa a eficiência e eficácia de suas proposições.

As idéias que surgem em função desse esforço, e que se debatem no plano das relações sociais de gênero, como que pedem para ser pensadas e discutidas profundamente e com seriedade. Por exemplo, baseadas/os nos capítulos anteriores podemos fazer uma analogia entre a maneira pela qual o espaço urbano é construído e o modo pelo qual os papéis sociais de gênero são estruturados. Diante dela, podemos chegar à conclusão, ou, pelo menos, formular em termos de hipótese fortemente cativante, de que, em ambos os casos, o que foi construído pode ser desconstruído, como a invisibilidade da produção social do espaço urbano este também, produto do esforço das mulheres e, que aqui nos

propusemos a rompê-la historiando sua trajetória e inclusive espacializando seus “lugares” e seu território.

Se o espaço construído não contempla as mulheres como sujeito de seus destinos, ele deve ser revisto, pois isso não pode continuar a ocorrer. E, para que essa revisão possa se dar, o Estado democrático e de conteúdo social é a principal instância a que a sociedade e suas organizações devem se dirigir para fazer pressão, a fim de que a população feminina – que corresponde a mais de 50% do total – seja ouvida e participe. E mais do que isso se um governo se autoneomeia como democrático e popular ele tem que tomar a iniciativa de criar condições para que isto aconteça.

Fazemos essa afirmação partindo da compreensão do Estado democrático como uma instância insubstituível – pois não há, pelo menos por enquanto, no plano privado nenhum ente jurídico-organizacional que possa contemplar o social como o Estado, ainda que com problemas, pode fazer – para ser a depositário das mais amplas e específicas aspirações populares, uma vez que é de sua competência exclusiva, embora auxiliado por organizações e empresas definidas a seu critério, desenvolver os planos, programas e projetos para a aplicação das políticas públicas sociais e urbanas. Mas porém, acrescido do controle social sendo a população organizada com subsídios políticos, ideológicos legitimados nos movimentos sociais reconhecidos pelas mulheres como defensores de seus direitos e com o objetivo de combater a desigualdade de que a mulher tem sido vítima.

É importante frisar isso porque o papel do Estado tem sido posto em causa pela chamada “nova ordem econômica”. Considerado retrógrado, sofre questionamento em todas as suas políticas sociais. No caso do Estado brasileiro, essas políticas vêm sendo drasticamente reduzidas nesta última década, com as reengenharias aplicadas ao aparato estatal, que nada mais significam do que reaparelhar o Estado para que seja cada vez mais posto a serviço do capital financeiro. As políticas sociais têm sido transformadas, nada mais nada menos, do que em discurso vazio. Com profundas conseqüências para as mulheres, as principais atingidas por essas políticas, como vimos repetindo inúmeras vezes, neste trabalho e em todos os locais em que temos oportunidade de tomar a palavra e, ao ouvirmos as mulheres e as estatísticas vêm comprovando vide dados dos institutos do Estado (IBGE, 2000, Fundação Seade).

Diante disso, é preciso lembrar sempre que o funcionamento dessa sociedade humana dita “civilizada” depende, e de modo vital, de atividades verdadeiramente infra-estruturais desempenhadas pelo segmento social das mulheres, por meio do trabalho doméstico invisível.

E o trabalho doméstico aí é feito em moldes próximos àqueles do escravismo, sobrecarregando bastante as mulheres, pois é composto de afazeres insalubres, pesados, estafantes e, o que é mais grave, sem remuneração. Toda a sociedade usufrui deste trabalho, e o capital o apropria¹.

As mulheres desse segmento, em que o número delas aproxima-se dos 45% de seu contingente total na Área Metropolitana de São Paulo, têm de suportar uma dupla jornada de trabalho, e o trabalho que garante seu sustento e de sua família ainda é realizado longe de sua moradia, em decorrência do tipo de urbanização que se implantou na cidade de São Paulo e em sua Área Metropolitana.

¹ Trecho do *Manifesto Comunista*, Marx.

Nas noites, em que poderiam descansar, elas lavam e cozinham. Por causa disso, percebem a necessidade de uma nova organização social e espacial e passam a reivindicar lavanderias e restaurantes populares, a fim de socializar o trabalho doméstico. Esta questão esteve no núcleo de um dos temas que tiveram grande debate na Conferência Mundial das Mulheres em Beijing em 1995, da qual o Brasil participou com mais de 600 mulheres antecedido por uma Conferência Nacional resultado de encontros estaduais. Aí se aprovaram as resoluções que constituíram a Plataforma de Ação, na qual se afirmou, sem margem para dúvidas, que o trabalho doméstico é trabalho social.

Por essa razão, as mulheres vêm reivindicar que o conjunto das atividades desenvolvidas no ambiente doméstico seja considerado trabalho social, não se restringindo, aliás, ao espaço físico da moradia e tendo seus desdobramentos no espaço público, no comércio, ao, por exemplo, levarem as crianças na escola, ao procurarem os serviços de saúde, ou ao se dirigirem a algum banco ou supermercado para pagamento das contas. Não se pode esquecer que aí elas enfrentam inúmeras e enormes filas, fora os constantes aborrecimentos motivados pelos inúmeros conflitos gerados pela situação de espera.

Outro contexto em que somos lembradas/os da presença sofrida das mulheres é o dos transportes, cujas empresas com muita frequência, e cada vez mais, desrespeitam os direitos de suas trabalhadoras, além do das/os consumidoras/es.

Por isso, além de tudo, insistimos em que o Estado, responsável por traçar as políticas públicas, tem a obrigação de sanar sua dívida para com a população feminina de nossas cidades e de nosso país. Esta tem de ser vista como uma reivindicação de todas as mulheres, sejam as conscientes de sua condição de discriminadas, sejam as que ainda não se conscientizaram de que são sujeitos de direito.

Essa foi uma das razões pelas quais achamos que era de fundamental importância desenvolvermos uma experiência de trabalho no interior de uma instituição governamental, no caso, a Prefeitura de Mauá. Porque uma prefeitura? A discussão do poder local foi colocado em pauta com mais eficácia em 1992 na Eco-92 e já a Constituição Federal Brasileira, em 1988 ao garantir a autonomia dos municípios e a municipalização de uma série de intervenções contribuiu para que nos mobilizássemos para discutir as políticas de gênero, aliada com a questão ambiental e dos direitos humanos, com este organismo. Mas com a preocupação do não descolamento com o papel do governo estadual e as questões globais.

Experimentar, discutir e sensibilizar uma prefeitura da área metropolitana de São Paulo

Em nossa pesquisa já tínhamos um olhar para Mauá, é que durante a pesquisa de campo, na fase anterior, realizada na cidade de São Paulo, um dos temas discutidos foi o funcionamento dos meios de transporte em relação à sua utilização pelas mulheres, tanto as passageiras quanto as funcionárias, e dentro disso o maior problema levantado foi o assédio sexual. Devido a isso, as participantes dessa consulta propuseram separar mulheres de homens, até mesmo sugerindo que “os ônibus passassem a ser cor-de-rosa, porque os homens são tão machistas, que não teriam coragem de tomá-los”.

Foi nessa época que estourou a mobilização feminina e feminista de Mauá reivindicando um vagão de trem só para mulheres. Uma grande parcela das/os habitantes

dessa cidade do ABC utiliza o trem para ir ao serviço na cidade de São Paulo, e desses as mulheres são um grande contingente, dirigindo-se aos escritórios, fábricas, bancos e casas de famílias em pontos mais variados de São Paulo e às confecções dos bairros paulistanos da Luz e do Brás para trabalhar.

Esse processo de luta desde logo chamou nossa atenção, por isso recolhemos todas as notícias dessa mobilização e procuramos conhecer de perto o movimento das mulheres de Mauá. Em torno desses meses terminou nossa bolsa de mestrado, e voltamos a trabalhar remuneradamente no Grupo Técnico de Apoio (GTA). Por coincidência, participamos logo em seguida de uma licitação em Mauá para a elaboração de um programa de recuperação das nascentes do rio Tamanduateí localizada no Parque Municipal Guta Santa Luzia, a qual ganhamos.

Como já afirmamos anteriormente nossa metodologia de planejar e projetar é consultando a população e discutindo também nossos pontos de vista, montamos grupos de discussão com as entidades organizadas, além de aplicarmos uma pesquisa as/os usuárias/os do parque desde as primeiras etapas da elaboração do programa. E aí constatamos que as mulheres eram as mais interessadas no assunto. A única entidade ambientalista lá existente era dirigida por uma mulher.

Por intermédio do GTA, estávamos em estreito contato não só com a Prefeitura, mas também com a população organizada, no interior da qual destacavam-se as mulheres feministas da Coordenadoria da Mulher, que descobrimos depois serem filiadas ao Partido dos Trabalhadores, tendo nos deixado, num primeiro momento, surpresas com suas posições devido as discussões já acumuladas por esta agremiação partidário nesta questão.

Ao indagarmos a respeito de como se deu a luta pelo vagão só para mulheres, elas declararam que não haviam apoiado essa reivindicação, porque consideravam mais correto lutar por mais trens, em vez de pedirem separação dos vagões. Trouxemos esta discussão para a UMSP, e em conjunto se concluiu que aquela posição não era a melhor, porque o assédio sexual nos trens independe do aperto. É fruto apenas do comportamento dos homens, propensos a utilizar o corpo das mulheres como objeto a sua disposição. E esta era a opinião das mulheres que lideraram o protesto.

O plano fazia parte de um processo de construção do Programa ambiental do município, e fazia parte das diretrizes ambientais – não dispensando toda a discussão que fosse necessária – o programa de revitalização do parque, por meio do Grupo Nascente, um espaço de articulação de várias secretarias. Esse programa buscava concretizar a política de meio ambiente, junto com a conscientização social a respeito desse assunto. Isso demonstrava a afinidade de metodologias entre nós para se conceber e implementar as políticas públicas de modo multidisciplinar.

Como a prefeitura tratava a questão de gênero

Quanto à Prefeitura de Mauá, apesar de o prefeito, em sua plataforma de campanha, ter assumido as questões de gênero, ali a prática da administração ainda era tímida. Ficava comprovado o que a experiência tem nos mostrado em outros municípios e governos estaduais e federais: somente quando as feministas estão em bom número no poder, e quando o movimento feminista ocupa as ruas, suas reivindicações são levadas em

consideração. Recentemente havia sido elaborada a proposta do Plano Diretor da cidade e a questão de gênero passou ao largo, a metodologia tecnocrática foi a adotada, ou seja, elaboração de diretrizes e normas. Nem mesmo o fato da secretaria de Planejamento ser dirigida por uma mulher que era simpática às causas feministas, assim como, e principalmente, a coordenadora do Programa de Meio Ambiente, não foi suficiente.

Voltando a elaboração do Plano a questão de gênero não era tocada e o engenheiro agrônomo ficava impactado quando ouvia esta discussão, as ambientalistas da cidade simpáticas a causa da mulher desconhecia pensar o ambiente do ponto de vista de gênero, nunca tinham acessado esta discussão. Apesar de estarem organizadas no Partido dos Trabalhadores e este preocupar-se com as questões de gênero e, tendo desenvolvido na Prefeitura vizinha, Santo André uma das primeiras, senão a primeira experiência, de um capítulo sobre gênero na proposta do Plano Diretor e do movimento feminista discutir as propostas de meio ambiente e gênero na Eco-92, a sensação que se tinha era de que Mauá estava envolta numa redoma. Ao indagarmos às feministas locais do porquê desta situação as mesmas alegaram terem uma correlação de forças aquém das necessidades objetivas para forçar a direção do partido local a assumir como uma das questões centrais este tema, mesmo o Consórcio do ABC tendo assumido, e um agravante encontrado também na cidade de São Paulo e já citado nos capítulos (V e VI, VII) a questão da violência de gênero tem sido a grande demanda das mulheres, ali não era diferente estavam exacerbadas em enfrentar a demanda de mulheres violadas.

Todo esse processo se dá numa conjuntura de muita preocupação, pois o criminoso do Parque do Estado, localizado (Diadema/São Bernardo do Campo), estava agindo e já tinha vitimado quatro mulheres e capturava as mesmas no Parque do Ibirapuera principalmente. Não podíamos ficar de fora desta discussão. Foi neste contexto juntamente com a União de Mulheres de São Paulo em que organizamos as chamadas “trilhas verde e lilás” em companhia das mulheres locais da Associação de Mulheres Donas de Casa, entidade com uma tradição de luta tendo em sua trajetória a conquista da Estação de Trem Guapituba, e da Coordenadoria Da Mulher de Mauá organismo municipal e, que possibilitou a continuidade do entrosamento com a Prefeitura do Município de Mauá. Foi então que propusemos discutir a violência sexual nos parques e, na primeira trilha verde e lilás, organizada pela União de Mulheres, a Associação das Donas de Casa e a Coordenadoria da Mulher de Mauá, lançamos um manifesto, em que desvendávamos o mito do “maníaco do parque”, como a mídia o batizara. Mostramos que não se tratava de um “maníaco” simplesmente, mas sim de um criminoso, e que a falta de segurança nesses espaços era a principal causa das tragédias daquelas mulheres, aliada à ideologia machista, que com certeza este criminoso era produto.

Por essa época, a UMSP foi convidada a participar do encontro das mulheres metroviárias, e lá o assédio sexual foi exposto insistentemente como um problema enfrentado pelas usuárias do metrô. As metroviárias informaram que são procuradas diariamente por mulheres com saias ou calças manchadas de esperma. Observaram até que muitas já andam com uma troca de roupa.

Essas funcionárias do Metrô defendiam que a Companhia deveria intervir nessa questão, coibindo esse comportamento masculino, e lançando uma campanha, na

mídia e dentro das estações, falando claramente sobre isso. Em janeiro de 2002 veio à luz na imprensa a denúncia de assédio sexual por parte de uma usuária do metrô e que desejou incriminar a Companhia do Metrô pelo problema. Mais uma vez o Estado sendo chamado a intervir no espaço público na defesa das mulheres e para a reeducação dos homens no tratamento às mulheres.

O que aconteceu de concreto

Assim depois de muito pensarmos e de posse deste primeiro diagnóstico decidimos propor para a coordenadora do Programa de Meio Ambiente um seminário que tratasse Políticas Públicas de gênero, meio ambiente e direitos humanos para representantes do governo e técnicas/os e representantes da população. Que de pronto se dispôs interessada que era na capacitação do corpo de funcionárias/os não poupou esforços para garantir sua realização. A experiência cumpriu o objetivo que era iniciar um processo de discussão e sensibilização. No caso de Mauá a secretária de Planejamento e Meio Ambiente (Seplama), apesar de ser mulher, foi totalmente ausente, embora seja preciso reconhecer que, especificamente quanto à proposta de um seminário sobre esse assunto, não houve resistência por parte dela. Mas a fala da Secretaria na abertura desse evento foi proferida por um homem, que não tocou na questão de gênero, só falou do consórcio das prefeituras do ABC, manifestando uma visão que não perdemos oportunidade de criticar seja aqui, em nosso trabalho, seja em nossas intervenções mais diretamente políticas: o raciocínio instrumental no planejamento urbano.

E, além disso, todos os participantes daquela mesa tiveram a mesma postura desse porta-voz. Apenas eu, a assessora dos Direitos das Mulheres de Santo André e advogada Denise Hirao, representando a Secretaria Estadual de Justiça e Cidadania e o Conselho Estadual da Condição Feminina, é que destoamos. A platéia mostrou-se bastante interessada, o que comprova que se pode avançar nas propostas, e os homens adotaram, em alguns casos, uma postura de incentivo à polêmica que nos deu oportunidade para um debate mais profundo. Enveredaram pelas seguintes afirmações: colocar a discussão das relações sociais de gênero é incentivar a guerra de sexo. Como se não soubessem que a guerra de sexo está dada e não pelas teóricas do feminismo e, sim, pela condição objetiva de vida das mulheres. Só se oprime exercendo a coersão e pela violência psíquica e física. E indagaram que políticas públicas específicas não era uma forma de discriminar mais as mulheres? E citavam que as mulheres apanham anos e não tomam atitudes sem tocarem na atitude masculina do bater. O qual debatemos e aprofundamos a compreensão histórica deste processo. Alguns homens com cargo de governo se propuseram a discutir intervenções concretas em suas secretarias, por exemplo, o Chicão da Secretaria de Cultura e Esportes.

O Estado aqui é necessário

Uma vez que apontamos a proposta de sensibilizar o Estado, como saída para mitigar o grau de invisibilidade que as mulheres enfrentam no espaço urbano, preocupamo-nos em relatar com mais detalhes as argumentações que desenvolvemos nesta experiência numa prefeitura da Área Metropolitana. Estaríamos assim auscultando os governantes e os funcionários públicos encarregados das funções relativas a esse proble-

ma. Produzimos um texto “Gênero e Meio ambiente Urbano” que foi fotocopiado e distribuído pela Seplama aos cerca de 30 participantes do seminário. E isso representava uma opção difícil nessa época, já então, em que se defendia e implantava um Estado que cumpra apenas o papel de regulador, que procura transferir para a sociedade civil organizada as políticas sociais².

Propomos que o Estado assuma as políticas públicas em relação às mulheres. Por quê? A opressão/discriminação é uma construção social que favorece o atual sistema político-econômico e social que tem garantido as desigualdades sociais sendo a mulher a mais penalizada, gerando, portanto, uma dívida da sociedade para com as mulheres, que só poderá ser resgatada por intermédio do Estado. E, para que ela venha a ser saldada minimamente, entre outros fatores, é necessário que o Estado, seja na esfera local, seja em nível mais amplo, atue de modo intersetorial, auxiliado e orientado pelo trabalho de pesquisa interdisciplinar e com equipes multidisciplinares. Mas isso não bastará, se as pessoas que estiverem participando do processo não dominarem os conceitos que dão conta das relações sociais de gênero.

Para atender as reivindicações das mulheres e para que se previna e se evite a continuidade da discriminação, elaborando-se políticas públicas afirmativas, é preciso reeducar toda a sociedade visando a criar um ambiente favorável às intervenções que enfrentem esses problemas. E esse papel só o Estado pode desempenhar de maneira competente, ou seja, é o único que tem garantido a responsabilidade de traçar as políticas públicas e mantém a posse da máquina que executam as principais políticas públicas como a saúde, educação e regulação do uso e ocupação do solo. A ação pública, tendo em seu núcleo o Estado democrático e de orientação social, abrangendo todas as esferas, tanto a federal, como a estadual e a municipal, como também todos os poderes, além de todas as secretarias e ministérios, deve perpassar a reeducação da sociedade, seja com a introdução de novas legislações, novas instituições, ou com novos equipamentos, para que possamos construir um ambiente livre de discriminação e em que a liberdade seja o ar que se respire sempre.

Sem que se generalize a preocupação com as relações sociais de gênero, não se poderão implantar políticas públicas urbanas e sociais mais democráticas e mais consequentes. Só assim, e contando com a participação e a pressão das mulheres, as/os planejadoras/es terão estímulo suficiente para, com mais eficácia, elaborar soluções a serem efetivadas nas ou pelas intervenções. Mas, mais que isto, é necessário reafirmar o papel do Legislativo, que pode criar instrumentos legais e institucionais com força de intervenção em todas as esferas, lembrando sempre que também este Poder só funciona quando recebe pressões.

Há a necessidade, porém, de que o movimento feminista e também instituições como as universidades, formulem propostas de intervenção nos códigos que regulam a ocupação e uso do solo, as edificações, ou seja, o habitat. O trabalho de pesquisa, construindo e clarificando conceitos, e ampliando o corpo de conhecimentos, graças a novas descobertas, traz uma contribuição insubstituível à busca de orientação da ação eficaz do Estado. E o movimento feminista, e todo o trabalho da militância social, ajuda a conduzir a busca de formulações para as novas práticas sociais no sentido de maior agudeza e profundidade.

² Iniciou-se transferindo as creches, depois as casas que cuidam de crianças e adolescentes infratores(as). A Prefeitura de São Paulo está repassando para as entidades civis o Movimento de Alfabetização de Adultos. O grande problema é o controle social que se possa fazer, pois não é toda entidade da sociedade civil que é idônea para tratar com o erário, e tem condições de garantir o conteúdo e qualidade do atendimento.

Trata-se agora, e cada vez mais, de as pessoas (especialmente as mulheres) beneficiadas pela visão duplamente enriquecida tanto pelos resultados da pesquisa quanto pelos da militância passarem a ocupar os conselhos gestores, por exemplo, dos parques, do desenvolvimento urbano, meio ambiente mas também de todos os foros que o avanço da luta democrática abrir para a construção e o controle das cidades.

Sempre tendo em vista, conforme já mencionamos, que as mulheres utilizam o espaço público e privado de forma diferenciada, e que desempenham elas mesmas, diretamente, um importante papel na economia atual, cuja complexidade é cada vez maior, assim como dão suporte à execução de muitas atividades urbanas e sociais por parte dos homens, é preciso chamar a atenção para o fato de que elas manifestam preocupações diferentes das dos homens, desenvolvendo olhares e soluções para o funcionamento dos serviços urbanos e sociais que só elas podem explicitar.

Convencidas da justeza desse desígnio, e balizadas pelo conhecimento de outros casos, é que resolvemos propor concretamente a discussão dessa questão com uma prefeitura, tendo como objetivo avaliar a sensibilidade e a compreensão dos governantes, das/os diretoras/es, técnicas/os intermediárias/os e das/os técnicas/os que aplicam as políticas.

Em qualquer ação prática que se proponha acerca de um determinado objeto concreto, para que esta ação seja realista e conseqüente, ela deverá apoiar-se sobre o conhecimento que se tem desse objeto. Esse conhecimento, no entanto, não deve basear-se apenas nas manifestações visíveis do objeto. É necessário conhecê-lo a fundo, “por dentro”, apropriando-se de seu processo histórico, contextualizando-o e vivenciando-o de forma que possa fornecer subsídios, ou seja, condições objetivas para vislumbrar propostas efetivas.

Nosso objeto de estudo principal tem sido a mulher relacionando-se com o espaço urbano. Isso orientou nossa escolha tanto tematicamente quanto no que diz respeito às instituições envolvidas na questão.

Optamos por instituições que desenvolviam novas intervenções, que por isso mesmo contribuíram em muito para o avanço desta pesquisa e a produção de novos conhecimentos na esteira da investigação. Para nós foi gratificante a experiência desenvolvida neste município que se propôs na verdade a ser um laboratório em que foi iniciado um processo de discussão. Essas instituições, como muitas outras da esfera pública, assim como diversas organizações não-governamentais, produzem conhecimento que pode e deve ser transferido para as universidades a fim de que se possa chegar a uma sinergia entre elas, cada vez mais presentes no cenário social.

No espaço universitário é possível – e mais estratégico – planejar intervenções de aplicação das propostas – do ponto de vista das relações sociais de gênero – de programas de educação ambiental e projetos arquitetônicos, por exemplo, e assim atingir mais entidades, pela própria posição da Universidade, menos mergulhada no dia-a-dia da resolução de problemas concretos.

Esse é um dos aspectos da experiência tanto do GTA como da União de Mulheres, que desenvolvem parcerias com instituições governamentais, como prefeituras, Sabesp, secretarias de Saúde e Assistência Social, CDHU e Agências internacionais e Universidades, sabendo empregar a linguagem adequada para isso e mantendo sua independência política.

Podemos afirmar que nestes últimos três anos nas cidades de São Paulo e Santo André testemunhamos um esforço neste sentido, por exemplo, a Coordenadoria de Participação Popular da cidade de São Paulo, organizou as condições das mulheres atuarem no Orçamento Participativo, garantindo uma modificação nas normas de participação para que fossem eleitas delegadas pelo segmento das mulheres, assim como de outros movimentos sociais discriminados como negras/os, indígenas, deficientes físicos, jovens e idosas/os e o orçamento participativo das crianças. Além de cursos sobre gênero para as delegadas eleitas.

E a Universidade de São Paulo não pode deixar de participar dessa conquista social e tratar dessa problemática, aprofundando, e não revertendo, sua trajetória de produção de conhecimento. Deve, portanto, apoiar iniciativas de pesquisa que visem a colaborar com o Estado, no âmbito municipal, estadual e federal, no que tange a resgatar aquela dívida e superar esse problema, gerador de tanto sofrimento.

Seu Núcleo de Estudos das Relações Sociais de Gênero deve ser fortalecido, e nas suas unidades, devem ser criados grupos e núcleos de reflexão sobre este tema emergente, que vem, desde muito longe e no século XX ganha maior espaço, dando oportunidade ao desenvolvimento de teorias e criando embriões de novos paradigmas para as ciências humanas, naturais, médicas e exatas. Em suma, deve-se enfrentar o androcentrismo que ainda impera na Academia.

É preciso também que tudo isso se some à tomada de conhecimento e aplicação das decisões da Unesco decididas em Paris no ano de 1998, “em que se reafirma a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, e o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos”.

Assim como assumir as deliberações de todas as conferências mundiais e suas recomendações, até mesmo as da histórica Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial das Mulheres, realizada em Beijing, na China, em 1995, em que as/os participantes discutiram e decidiram “conscientes de que a educação é um dos pilares fundamentais dos Direitos Humanos, da democracia, do desenvolvimento sustentável e da paz”³.

Os estudos para a elaboração de planos, programas e planos de ações e diretores urbanos não têm exibido uma preocupação especial com as questões em torno das relações de gênero, apesar de algumas vereadoras, secretárias e prefeitas serem mulheres. “Não basta ser mulher para ocupar o poder” afirmação feminista. É necessária a sensibilização para a desigualdade que as mulheres enfrentam e este debate deve ser encarado em todas as instituições mas, principalmente pelo Estado em todas as suas esferas.

³ Declaração da Unesco, Paris 1998.

